

Especial

Petróleo e El Niño elevam riscos para preços

PÁGINA 5

SUS

Saúde pede incorporação de canetas emagrecedoras

O Ministério da Saúde solicitou ontem, a inclusão de canetas emagrecedoras no Sistema Único de Saúde (SUS) através de um ofício enviado à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) no SUS. Os medicamentos serão destinados a pacientes com obesidade. De acordo com o texto do ministro Alexandre Padilha, serão avaliados medicamentos com os princípios ativos semaglutida e liraglutida, que já não tem mais registro de patente ativo e conta com versões genéricas e produzidas no Brasil. Os medicamentos atuam de forma análoga ao hormônio natural GLP-1, que ajuda a controlar o açúcar no sangue e a sensação de saciedade. **PÁGINA 5**

PUNIÇÃO A CULPADOS

Lula cobra investigações de ministros do Supremo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), cobrou, ontem, investigações contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Citou casos de "putarias", mas não mencionou o nome de nenhum dos ministros. Na semana passada, foram reveladas mensagens que indicam um suposto encontro do ministro Kassio Nunes Marques com uma garota de programa bancado pelo banqueiro Daniel Vorcaro. "Quero saber quem participava das putarias deles. Era muita coisa errada, era muita festa, gente que vinha do estrangeiro. E cada vez aparece um nome de uma pessoa. Essa gente precisa ser investigada, porque a gente não pode permitir que a Suprema Corte brasileira fique sob suspeita. **PÁGINA 6**

RECEITAS

Contenção no Orçamento cai R\$ 1,8 bi

O governo federal reduziu de R\$ 17,9 bilhões para R\$ 16,1 bilhões o total de despesas contidas no Orçamento de 2026, ao mesmo tempo em que abriu espaço para acomodar o reajuste do Bolsa Família. A mudança foi apresentada ontem, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto bimestre. O novo montante é

composto por R\$ 2,4 bilhões em bloqueios e R\$ 13,6 bilhões em contingenciamento. No relatório anterior, divulgado em julho, havia R\$ 17,9 bilhões bloqueados e nenhum valor contingenciado. A revisão das despesas obrigatórias ajudou a abrir espaço para o aumento do programa de transferência de renda. **PÁGINA 2**

CANDIDATO FICHA SUJA

Flávio voltou dos EUA em jato do ‘irmãozão’ Vorcaro

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República, viajou da Flórida (EUA) a Brasília, em 19 de janeiro de 2025, em um avião que tinha entre os cotistas o banqueiro Daniel Vorcaro, do Master. O jato é o mesmo usado em outra viagem pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF),

segundo a revista piauí. A aeronave é um Legacy 650 de prefixo PP-NLR. O jornal *O Globo* publicou um vídeo que mostrou o ministro desembarcando do avião após voar para o Rio de Janeiro em agosto de 2025. Flávio compartilhou a filmagem nas redes sociais para criticar o ministro. **PÁGINA 7**

POLÍCIA FEDERAL



WIKIPÉDIA

Dino manda investigar CVM por omissão no caso Master

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) investigue suposta omissão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na apuração de irregularidades relacionadas ao Banco Master. A decisão foi proferida ontem, no âmbito de ação do Novo que trata sobre a asfixia financeira da autarquia. Segundo a decisão, a CVM tinha desde fevereiro de 2022 "informações detalhadas sobre possível insuficiência financeira do Grupo Master, inconsistências em demonstrações contábeis, manipulação das cotações de fundos abertos, reavaliação de ativos deteriorados mantidos em fundos fechados e utilização de recursos captados com cobertura do Fundo Garantidor de Créditos para aquisição de ativos de baixa liquidez". Dino afirmou que a denúncia, encaminhada à CVM em 2022 pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), foi classificada como "denúncia anônima desprovida de elementos suficientes para justificar o prosseguimento da apuração e, posteriormente, arquivado". O ministro determinou que a PF investigue as circunstâncias do arquivamento da denúncia, eventual interferência indevida na atuação da CVM e possível vazamento ou ocultação de informações relevantes por agentes da CVM. **PÁGINA 3**

ECONOMIA

BC reduz projeção do PIB de 2026 para 1,8%

O Banco Central (BC) reduziu de 2% para 1,8% a projeção de crescimento da economia brasileira em 2026 e manteve em 5,2% a estimativa de inflação para o fim do ano. De acordo com o Relatório de Política Monetária (RPM) divulgado ontem, a inflação tende a ficar acima da meta, apesar da desaceleração observada nos últimos meses. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, referência oficial da inflação do país) acumulado em 12 meses recuou de 4,72% em maio para 4,22%

em agosto, destaca o relatório. O documento detalha que a inflação de serviços “segue elevada em cenário de mercado de trabalho aquecido e hiato do produto positivo”. As expectativas de inflação permanecem acima da meta em todo o horizonte de projeção considerado pela instituição. No cenário de referência do Comitê de Política Monetária (Copom), a inflação acumulada em 4º trimestres deve recuar para 4,4% no 3º trimestre deste ano, mas voltar a subir para 5,2% no fim de 2026. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA (0,74%) / 186.595,60 / 1.366,43 / Volume: 26.573.658.581 / Negócios: 3.824.230										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo		
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	-0,32% (ago.)	Compra 5,9126	Venda: 6,0926	
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.				Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC		
BBAS3	22,99	-0,91	-0,21	ONCO3F	1,360	+32,04	+0,330	JFEN3F	1,65	-33,20	-0,82	S&P 500	7.764,7	+1,49	(16/09)	13,75%	Compra: 5,1117	-0,89%
BBDC4	18,16	+0,94	+0,17	FSPE11F	0,29	+31,82	+0,07	FSRF11F	0,07	-22,22	-0,02	US Tech 100	29.716	+2,97	TR		DÓLAR comercial	
B3SA3	18,23	+3,64	+0,64	RCSL3F	0,53	+17,78	+0,08	FSRF11	0,07	-12,50	-0,01	Euronext 100	1.897,91	+0,89	(21/09)	0,1439%	Compra: 5,1076	Venda: 5,1082
COGN3	2,37	+4,87	+0,11	AMBP3F	0,200	+17,65	+0,030	BNBR3	105,00	-8,89	-10,24	CAC 40	8.138,94	+0,92	Poupança		DÓLAR turismo	
PETR4	48,00	-1,03	-0,50	DASA3	3,23	+13,73	+0,39	RCSL4	0,32	-8,57	-0,03	FTSE 100	10.739,01	+0,75	(21/09)	0,6446%	Compra: 5,8555	Venda: 5,8561
																Venda: 5,1242	Venda: 5,3042	

Economia

MERCADOS



Bolsa cai aos 183 mil pontos com saída de ativos de risco lá fora

JULIANA MACHADO E MARIA REGINA SILVA/AE

Ao longo do período da tarde desta quinta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) intensificou as perdas e renovou a mínima em 183 mil pontos, em resposta a uma piora no exterior para ativos de risco, sobretudo para os mercados emergentes. Com mais um dia de alta do petróleo, os riscos inflacionários e a consequente alta de juros voltaram a dar o tom dos negócios.

No fim da sessão, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,99%, aos 183.965,91 pontos, com mínima em 183.834,97 pontos e giro financeiro de R\$ 19 bilhões.

Embora as bolsas norte-americanas tenham tido um pregão melhor, os mercados emergentes seguiram para um fechamento no vermelho: o EEM, maior ETF ligado a esses mercados, por exemplo, cedeu 0,7% em Nova York. A performance acontece em meio à forte abertura das Treasuries, com o título de 10 anos chegando a tocar 5,2%.

No primeiro caso, ele observa que o petróleo Brent em alta – ontem em US\$ 106,60 o barril (+3,41%) - costuma beneficiar a Petrobras, mas que a queda do papel no dia indica um receio de que a política monetária doméstica precise se readaptar ao cenário no exterior.

O envolvimento de Flávio com Daniel Vercaro ganhou mais um capítulo depois das informações de que ele viajou da Flórida a Brasília, em 2025, em um avião que tinha o ex-banqueiro entre os cotistas. A notícia é avaliada como negativa para a imagem do sena-

dor, com possíveis implicações para a sua popularidade na corrida eleitoral.

DÓLAR

Em linha com a onda de valorização global da moeda norte-americana, o dólar voltou a subir frente ao real ontem, mas exibiu ganhos bem inferiores aos de quarta-feira, quando avançou 1,28%. Novos sinais de vitalidade da economia dos EUA, em meio à escalada dos preços do petróleo, estimularam apostas em altas de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), cujos dirigentes adotam tom cada vez mais conservador.

Operadores apontam que a notícia exclusiva do Estadão sobre ligações do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com Daniel Vercaro coincidiu com as máximas do dólar, na casa de R\$ 5,20.

O candidato do PL à Presidência da República tentou fazer contato telefônico com o ex-controlador do Master quatro dias antes da prisão do banqueiro, em 17 de novembro do ano passado.

Depois de tocar a máxima de R\$ 5,2019, o dólar à vista encerrou o pregão em alta de 0,49%, a R\$ 5,1937 - maior valor de fechamento desde 28 de agosto. Com o avanço de 1,78% nos dois últimos dias, a moeda norte-americana passou a apresentar ganhos em setembro (0,26%), após valorização de 2,16% no mês passado. O real sofreu menos nesta quinta-feira que pares como o peso colombiano e o mexicano, que acentuou as perdas à tarde após o Banco Central do México anunciar a manutenção dos juros em 6,5%

COMBUSTÍVEIS

Subsídio de R\$ 2,12 ao diesel deve ser mantido por 30 dias

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal deve manter por mais 30 dias a subvenção de R\$ 2,12 por litro de diesel, disse nesta quinta-feira o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. A prorrogação deverá ser anunciada ainda nesta semana.

Atualmente, o benefício é resultado da combinação de duas medidas: uma subvenção de R\$ 1,12 por litro, cuja validade termina neste sábado (26), e outra de R\$ 1 por litro, anunciada pelo governo no início de setembro.

Em entrevista para explicar a liberação de R\$ 1,8 bilhão no Orçamento de 2026, Moretti afirmou nesta quinta-feira (24) que a tendência é manter o valor atual por mais um mês.

“Vamos levar ao presidente (Luiz Inácio Lula da Silva), mas, frente aos indicadores, a tendência é que a gente mantenha (a subvenção)”, ressaltou o ministro.

DUAS MEDIDAS

A subvenção de R\$ 1,12 por litro foi criada por uma

medida provisória que perde validade no sábado. Já a MP mais recente, que estabeleceu o adicional de R\$ 1, permite ao governo alterar o valor do benefício de acordo com as condições do mercado.

Na prática, o governo poderá elevar a subvenção prevista na medida mais recente para preservar o valor total de R\$ 2,12 por litro.

A decisão ocorre em meio à preocupação com os efeitos da alta do petróleo e com problemas no mercado internacional de combustíveis relacionados ao conflito no Oriente Médio.

PRESSÃO NOS PREÇOS

A subvenção tem como objetivo reduzir a pressão sobre o preço do diesel no mercado doméstico, combustível utilizado principalmente no transporte de cargas e no transporte coletivo.

Segundo o governo, a medida também busca reduzir o risco de problemas no abastecimento interno diante das oscilações no mercado internacional.

RECEITAS

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal reduziu de R\$ 17,9 bilhões para R\$ 16,1 bilhões o total de despesas contidas no Orçamento de 2026, ao mesmo tempo em que abriu espaço para acomodar o reajuste do Bolsa Família. A mudança foi apresentada ontem, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto bimestre.

O novo montante é composto por R\$ 2,4 bilhões em bloqueios e R\$ 13,6 bilhões em contingenciamento. No relatório anterior, divulgado em julho, havia R\$ 17,9 bilhões bloqueados e nenhum valor contingenciado.

A revisão das despesas obrigatórias ajudou a abrir espaço para o aumento do programa de transferência de renda.

O governo estima que os gastos com benefícios previdenciários ficarão R\$ 11,5 bilhões abaixo da projeção anterior em 2026. Também foram reduzidas as estimativas para gastos com o funcionalismo, com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e com subsídios.

REAJUSTE DO BENEFÍCIO

O Bolsa Família terá reajuste de cerca de 15%, com o benefício mínimo passando de R\$ 600 para R\$ 691. A média paga às famílias deve subir de R\$ 691 para R\$ 777.

O impacto estimado é de R\$ 5,8 bilhões em 2026 e de cerca de R\$ 22 bilhões em 2027. Segundo o governo, a revisão das despesas obrigatórias permitiu acomodar o aumento dentro da programação fiscal.

Em que o governo prevê economizar

- R\$ 11,5 bilhões a menos em benefícios previdenciários;

- R\$ 4,1 bilhões a menos em pessoal e encargos sociais;
- R\$ 1,8 bilhão a menos em BPC/Loas;
- R\$ 1,1 bilhão a menos em subsídios, subvenções e Proagro;
- R\$ 100 milhões a menos em outras despesas.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a revisão da Previdência não representa uma redução dos benefícios pagos, mas uma diminuição na estimativa de crescimento das despesas.

“O fato é que a gente só liberou o reajuste do programa pela inflação nos termos que a lei autoriza, quando realmente a gente estava com os dados em mãos e teve clareza que, em particular, a Previdência sofreria uma queda na projeção. Não quer dizer uma redução de despesa, mas uma redução da projeção de crescimento da despesa da Previdência”, explicou Moretti.

Segundo o ministro, a redução da pressão sobre novas concessões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contribuiu para a revisão das estimativas.

ORÇAMENTO

Com a redução do bloqueio, o governo liberou parte dos recursos que estavam retidos. Ao mesmo tempo, porém, criou um contingenciamento de R\$ 13,6 bilhões, diante da piora das projeções para a arrecadação e do risco de descumprimento da meta fiscal.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou que os recursos liberados seriam distribuídos entre diferentes ministérios, caso o governo não tivesse decidido priorizar o reajuste do programa social.

“Esses recursos seriam desbloqueados de qualquer forma, seriam pulverizados para outros ministérios, e, quando tivemos segurança de que realmente esse nível de despesas ficaria abaixo do que era previsto, houve a decisão de governo, a meu ver consciente e correta, de priorizar a parcela da sociedade mais vulnerável que estava precisando dessa recomposição do Bolsa Família”, afirmou Ceron.

Entenda a diferença entre bloqueio e contingenciamento

As duas medidas restringem a execução de despesas, mas são acionadas por razões diferentes:

- **Bloqueio:** ocorre quando há aumento ou risco de aumento das despesas obrigatórias e é necessário respeitar o limite de gastos do arcabouço fiscal.
- **Contingenciamento:** é adotado quando a estimativa de receitas cai e é necessário preservar o cumprimento da meta de resultado primário.

Os dois podem ocorrer simultaneamente, como aconteceu no quarto bimestre de 2026.

No caso atual, a redução do bloqueio foi parcialmente compensada pelo novo contingenciamento, mantendo em R\$ 16,1 bilhões o total de despesas sob contenção.

DÉFICIT MAIOR

O relatório também elevou a previsão para o déficit efetivo das contas públicas em 2026. O resultado negativo projetado passou de R\$ 52 bilhões para R\$ 80,9 bilhões, sem considerar despesas que podem ser abatidas do cálculo da meta fiscal.

Após as deduções permitidas pelas regras fiscais de precatórios e de gastos com saúde, educação e defesa, o resultado projetado passou de superávit de R\$ 10,8 bilhões para déficit de R\$

13,6 bilhões. Esse resultado levou o governo a adotar, pela primeira vez no ano, um contingenciamento.

A previsão de receitas primárias totais também foi reduzida, de R\$ 3,237 trilhões para aproximadamente R\$ 3,222 trilhões. A receita líquida, que desconta as transferências da União para estados e municípios, caiu de R\$ 2,594 trilhões para cerca de R\$ 2,587 trilhões.

Ao mesmo tempo, a estimativa para as despesas totais aumentou de R\$ 2,646 trilhões para cerca de R\$ 2,668 trilhões.

RECEITA MENOR

Entre os fatores que pressionaram as contas está a redução da expectativa de arrecadação. A projeção para as receitas primárias caiu R\$ 15,7 bilhões em relação ao relatório anterior.

A arrecadação do Imposto de Renda teve uma revisão negativa de R\$ 13,1 bilhões, influenciada principalmente pela frustração na cobrança sobre lucros e dividendos.

Ceron afirmou que parte da arrecadação esperada com dividendos deve ser recuperada em 2027. “A partir do ano que vem, entra em voo de cruzeiro”, disse o secretário-executivo da Fazenda.

PRÓXIMOS PASSOS

O detalhamento do impacto por ministério deverá ser publicado até 30 de setembro, por meio de decreto. Depois da publicação, os órgãos terão cinco dias úteis para indicar quais programações serão bloqueadas ou contingenciadas.

Para 2027, o governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional as alterações necessárias no Orçamento para acomodar o impacto anual do reajuste do Bolsa Família.

2026s

Banco Central reduz projeção de crescimento da economia para 1,8%

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Banco Central (BC) reduziu de 2% para 1,8% a projeção de crescimento da economia brasileira em 2026 e manteve em 5,2% a estimativa de inflação para o fim do ano.

De acordo com o Relatório de Política Monetária (RPM) divulgado ontem, a inflação tende a ficar acima da meta, apesar da desaceleração observada nos últimos meses.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, referência oficial da inflação do país) acumulado em 12 meses recuou de 4,72% em maio para 4,22% em agosto, destaca o relatório.

O documento detalha que a inflação de serviços “segue ele-

vada em cenário de mercado de trabalho aquecido e hiato do produto positivo”. As expectativas de inflação permanecem acima da meta em todo o horizonte de projeção considerado pela instituição.

No cenário de referência do Comitê de Política Monetária (Copom), a inflação acumulada em quatro trimestres deve recuar para 4,4% no terceiro trimestre deste ano, mas voltar a subir para 5,2% no fim de 2026.

A projeção de inflação para o primeiro trimestre de 2028 permaneceu em 3,2%. Em relação ao relatório anterior, o BC afirma que essa projeção ficou estável, mas que a trajetória projetada para a inflação se tornou mais elevada de forma geral.

PIB E MERCADO

O relatório também aponta desaceleração da atividade econômica. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,5% no segundo trimestre deste ano, após expansão de 1,1% no trimestre anterior. Os primeiros indicadores do terceiro trimestre, segundo o BC, sugerem continuidade desse movimento.

Diante da desaceleração da atividade e dos indicadores mais fracos do terceiro trimestre, o BC reduziu de 2% para 1,8% a projeção de crescimento da economia em 2026. Para 2027, a estimativa é de expansão de 1,4%.

Apesar da atividade mais fraca, o mercado de trabalho segue aquecido. A taxa de desocupação permaneceu em nível histórica-

mente baixo e a geração de empregos com carteira assinada continua positiva, embora em ritmo menor.

AMBIENTE EXTERNO

O Banco Central também destacou que o ambiente externo permanece incerto em razão dos conflitos armados ainda não resolvidos no Oriente Médio e das decisões futuras de política monetária em economias avançadas.

Na reunião de setembro, o Copom reduziu a taxa Selic para 13,75% ao ano. Segundo o relatório, o cenário atual, marcado pelo aumento das incertezas, pela desancoragem das expectativas e pelos riscos para a inflação, exige cautela na condução da política monetária.

Nota

EQUIPE ECONÔMICA AGUARDA DECISÃO DO GOVERNO SOBRE BETS PARA AVALIAR IMPACTO

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse ontem, que a equipe econômica ainda aguarda decisão do governo sobre a Medida Provisória que vai restringir atividade das bets para avaliar qual seria o possível impacto nas receitas para acomodar no próximo relatório bimestral, de novembro. Moretti afirmou, na coletiva de

imprensa do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que a pasta não pode incorporar medidas que não estão assinadas aos cálculos do relatório, apenas as legislações vigentes. “Por enquanto não tem base legal nenhuma para discutir isso. O relatório precisa capturar como a legislação vigente afeta despesas e receitas”, disse ele. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a discussão sobre MP das Bets ainda estava acontecendo e que o presidente Lula tomaria uma decisão mais específica nos próximos dias.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Polícia Federal

Dino manda investigar CVM por omissão no caso Master

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) investigue suposta omissão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na apuração de irregularidades relacionadas ao Banco Master. A decisão foi proferida ontem, no âmbito de ação do Novo que trata sobre a asfixia financeira da autarquia.

Segundo a decisão, a CVM tinha desde fevereiro de 2022 "informações detalhadas sobre possível insuficiência financei-

ra do Grupo Master, inconsistências em demonstrações contábeis, manipulação das cotações de fundos abertos, reavaliação de ativos deteriorados mantidos em fundos fechados e utilização de recursos captados com cobertura do Fundo Garantidor de Créditos para aquisição de ativos de baixa liquidez".

Dino afirmou que a denúncia, encaminhada à CVM em 2022 pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), foi classificada como "denúncia anônima desprovida de elementos suficientes para justificar o prossegui-

mento da apuração e, posteriormente, arquivado".

O ministro determinou que a PF investigue as circunstâncias do arquivamento da denúncia, eventual interferência indevida na atuação da CVM e possível vazamento ou ocultação de informações relevantes por agentes da CVM.

"Há indícios que configuram o dever legal de apuração de eventuais ilícitos relacionados à atuação funcional de agentes públicos ligados à Comissão de Valores Mobiliários, bem como de autoridades de alto escalão que teriam in-

fluenciado em processos decisórios na autarquia", afirmou o ministro.

No último domingo, Dino determinou que o Ministério da Fazenda apresente em 90 dias uma avaliação técnica sobre o arcabouço da CVM, com propostas para o aprimoramento do órgão.

O ministro identificou fragilidades nos mecanismos de supervisão e fiscalização adotados pela CVM, que é responsável por monitorar os fundos de investimentos que foram usados pelo Master para fraudar o seu balanço.

PRECATÓRIOS/MASTEER

Justiça manda rever indenização de R\$ 2,5 bi a usina Cambahyba

LAVÍNIA KAUCZ
E GABRIEL MÁXIMO/AE

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) determinou a realização de uma nova perícia sobre os prejuízos sofridos pela usina Cambahyba devido à política de preços no setor sucroalcooleiro nas décadas de 80 e 90. A empresa é uma das usinas que venderam precatórios ao Banco Master.

A determinação atende a um pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) para que fosse revertida a decisão da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que ordenou o pagamento de R\$ 2,5 bilhões em indenização à companhia.

Segundo a AGU, os cálculos homologados na primeira ins-

tância contêm graves erros materiais, tese que foi acolhida por unanimidade pela 7ª Turma Especializada do TRF2.

O órgão sustenta, por exemplo, que não foram demonstrados a origem dos valores e afirma que os livros de produção diária, utilizados como base, são insuficientes para comprovar o real prejuízo econômico da empresa. Diz ainda que o cálculo ultrapassa o período de intervenção federal permitido por lei.

Com base nisso, a AGU pediu a apresentação de notas fiscais de venda por parte da usina.

Em seu voto, o relator do caso, desembargador Ferreira Neves, citou o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, previsto no Código Civil, ao di-

zer que "indenizar uma empresa com base apenas em tabelas teóricas, ignorando sua contabilidade real e suas notas fiscais de venda, pode transformar uma indenização em um prêmio injustificado, pago com dinheiro público".

Na quarta-feira, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cancelou 16 precatórios de usinas que compraram créditos do Master e determinou a devolução de mais R\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos. A medida atendeu a pedido da AGU.

Nas redes sociais, o advogado-geral da União, Jorge Messias, comemorou a liminar do CNJ e citou a relação do candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) com Vercaro. "Tem candidato a Presidente da Repú-

blica que procurou o dono do Banco Master para pedir milhões em benefício de sua própria família (...). Já o governo do Presidente impediu a concretização desse prejuízo", afirmou em postagem feita na última quarta-feira.

A compra de precatórios por uma fração do preço original era uma estratégia usada por Daniel Vercaro para inflar artificialmente o balanço do Master. O banco adquiria esses papéis por 10% a 20% do valor da dívida e depois contabilizava os títulos com valores bilionários.

Como revelou o Estadão, o Master tinha pelo menos R\$ 16 bilhões em precatórios e pré-precatórios - dos quais R\$ 10 bilhões correspondiam a títulos do setor sucroalcooleiro.

INVESTIMENTO

CMN endurece regras para fundos comprarem créditos judiciais

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) terão regras mais rígidas para investir em créditos de ações judiciais e de procedimentos arbitrais. O Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou ontem normas que estavam em vigor desde 2001.

A principal mudança consiste na proibição de que os FIDCs comprem créditos ou expectati-

vas de direitos originados de processos judiciais ou arbitragens enquanto esses valores ainda não tiverem liquidez (capacidade de venda imediata), fontes certas de recursos e exigibilidade (capacidade de cobrança na Justiça pelo credor).

Na prática, a regra impede que fundos comprem determinados créditos cujo recebimento ainda dependa de uma decisão judicial ou arbitral e, portanto, esteja sujeito a elevado grau

de incerteza.

O QUE MUDA

O FIDC é um tipo de fundo que reúne dinheiro de investidores para comprar direitos creditórios, valores que alguém tem direito a receber. Entre esses recebíveis, estão parcelas de financiamentos e duplicatas.

O problema identificado pelo regulador está em uma categoria específica: direitos que de-

pendem da solução de uma disputa judicial ou arbitral.

O crédito judicial é qualquer valor que uma pessoa ou empresa tem direito de receber em razão de uma decisão ou disputa judicial. Dependendo do caso, o crédito ainda pode estar sendo discutido ou pode já estar reconhecido. Os precatórios são um tipo desse crédito, quando há sentença judicial definitiva em que o Poder Público tem de pagar.

LARANJA

Governo e setor citrícola discutem abertura de novos mercados para suco

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, reuniu-se na terça-feira, em Brasília (DF), com o diretor-executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura, Ibiapaba Netto. O objetivo foi discutir desafios do setor brasileiro de suco de laranja e perspectivas de abertura de novos mercados, informou o ministério em comunicado.

Durante a reunião, segundo o comunicado, o ministro destacou a importância do diálogo com o setor e da atuação conjunta para ampliar a presença de produtos brasileiros em mercados estratégicos.

"Temos boas oportunidades pela frente, e é muito importante manter esse diálogo, alinhando estratégias com a nossa equipe. Quero reiterar o nosso completo envolvimento, a nossa disponibilidade e a nossa vontade de estar ao lado de vocês na conquista de mercados importantes", disse o ministro.

Ibiapaba Netto reforçou o interesse do setor citrícola na abertura de novas oportunidades comerciais, especialmente em mercados abrangidos por acordos com Mercosul-Japão e Mercosul-Coreia do Sul.

Segundo ele, Japão e Coreia do Sul são estratégicos para produtores brasileiros que buscam ampliar alternativas de exporta-

ção. "Tivemos recordes em 2022, 2023, 2024 e 2025 e agora enfrentamos uma queda no consumo. Toda vez que isso acontece, começamos a olhar para onde podemos ganhar competitividade. O nosso produto tem uma característica muito interessante: não temos problemas sanitários de acesso aos mercados. Podemos vender laranja para praticamente qualquer país do mundo. O principal desafio são as barreiras tarifárias", afirmou.

Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de laranja, com 13,5 milhões de toneladas, concentrando grande parte da produção e da industrialização no Estado de São Paulo. O País também

lidera a produção e a exportação de suco de laranja, com 1,032 milhão de toneladas produzidas e 973 mil toneladas exportadas.

A safra 2026/27 foi reestimada pelo Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) em 263,15 milhões de caixas para São Paulo e Triângulo/Sudoeste de Minas Gerais, volume 3,1% acima da previsão inicial, em virtude das chuvas.

O número, porém, ainda representa redução de cerca de 10% em relação às 292,9 milhões de caixas da temporada anterior. As chuvas elevam peso e tamanho dos frutos, mas podem reduzir o brix e o rendimento industrial, além de dificultar a colheita.

AMÉRICA LATINA

Corona Extra mantém liderança entre 100 marcas mais valiosas

VINÍCIUS NOVAIS/AE

A Corona Extra segue como a marca mais valiosa da América Latina pelo terceiro ano seguido, segundo o ranking Latin America 100 2026, da consultoria Brand Finance. A marca teve alta de 4% e atingiu valor de US\$ 13,9 bilhões. De acordo com a Brand Finance, o valor combinado das 100 marcas mais valiosas da região subiu 13% em um ano e chegou a aproximadamente US\$ 187 bilhões em 2026.

Brasil e México lideram o ranking e, juntos, respondem por cerca de 79% do valor total: o Brasil aparece com 43 marcas avaliadas em US\$ 74,7 bilhões (alta de 15%), e o México tem 31 marcas que somam US\$ 73,3 bilhões (alta de 17%). Somados, os dois países contribuem com aproximadamente US\$ 148 bilhões.

A consultoria afirma que o setor bancário segue como o mais valioso da América Latina, representando quase um quarto do valor total do ranking com 20 marcas, lideradas por Itaú e Banco do Brasil. O setor de cervejas aparece em segundo lugar, com Corona Extra e Modelo Especial à frente; a Brand Finance destaca que Brahma foi uma das marcas que mais cresceram, com alta de 65%.

Entre os setores, companhias aéreas foram as que registraram o crescimento mais rápido, segundo o levantamento, apoiado por aumento de volumes de passageiros e expansão de capacidade na rede. Já seguros foi o único grande setor a recuar em valor combinado, em grande parte devido a mudanças na composição do ranking, segundo a

consultoria, embora marcas como Everest Re, Porto e GNP tenham crescido.

No recorte por países, a Brand Finance aponta que a Argentina registrou alta de 14% no valor combinado de suas marcas ranqueadas, para US\$ 9,7 bilhões. O mercado é liderado por Mercado Livre - a quarta marca mais valiosa da América Latina -, além de Globant, YPF e Banco Galicia.

A lista traz ainda Itaú na segunda posição geral, com alta de 15% no valor da marca, para US\$ 9,9 bilhões, mantendo-se como a marca bancária mais valiosa da região. A Modelo Especial aparece em terceiro lugar, com avanço de 14% e valor de US\$ 8 bilhões.

Em força de marca, a Brand Finance aponta a brasileira Porto como a mais forte da América Latina em 2026, com índice Brand Strength Index (BSI) de 96,9/100 e rating AAA+. Segundo o relatório, a empresa tem um ecossistema com seguros, saúde, banco e serviços e atende mais de 18 milhões de clientes; as operações de saúde, banco e serviços respondem por 44% do lucro total.

O Nubank é citado como a segunda marca mais forte, com BSI de 95,2/100 e rating AAA+. O banco digital encerrou 2025 com 131 milhões de clientes e permanece como a marca bancária mais forte da América Latina. A Sadia ocupa a terceira posição em força de marca, com BSI de 93,5/100 e rating AAA+, e é mencionada no documento em associação à criação da MBRF Global Foods, que opera em 117 países.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

MANTRIS - GESTÃO EM SAÚDE CORPORATIVA LTDA torna público que recebeu da PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI a CERTIDÃO AMBIENTAL DE INEXIGIBILIDADE - CA - Nº 079/2026 - SMAMCBA, com validade por tempo indeterminado, que atesta a inexigibilidade de licenciamento ambiental para atividade médica ambulatorial restrita a consultas, em área de 78,00m², situado na: AV. ARTHUR ANTÔNIO SENDAS, 999, GALPÃO 500, VENDA VELHA - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ. (Processo nº 8262/2026).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 204/2026

O Pregoeiro Pedro Paulo Goncalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 204/2026 no dia 07/10/2026 às 13h00min. Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares - Hemoterapia 2 (CARTÃO EM POLIPROPILENO, CONTENDO GEL SEPHADEX COM SORO IGG, CONJUNTO DE REAGENTES EM SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS; MICROTUBOS DE 1,5ML; SORO ANTI AB MONOCLONAL e etc.) Processo nº 33409.009192/2025-42. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos Interessados.

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE IMÓVEL E INTIMAÇÃO

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI Nº 9.514/97

Fundação Habitacional do Exército - FHE

Juliana Vettorazzo Rodrigues Barros, inscrita na JUCERJA n.º 198, devidamente autorizada pela credora fiduciária, Fundação Habitacional do Exército (FHE) com sede na Av. Duque de Caxias, s/n, SMU, Brasília/DF, 70.630-902, CNPJ/MF nº 00.643.742/0001-35, tendo havido inadimplência de obrigações contratuais, garantidas por alienação fiduciária e consolidada a propriedade, em cumprimento ao art. 27 da Lei 9.514/97, faz saber que colocará à venda em PÚBLICO LEILÃO, na modalidade eletrônica, o bem imóvel caracterizado abaixo:

BEM IMÓVEL: APARTAMENTO nº 201, com área edificada de 98m², localizado na Rua Xavier Curado, nº. 1536, bairro Marechal Hermes, Rio de Janeiro/RJ, e sua correspondente fração ideal de ½ do respectivo terreno designado por Lote 32 do PA. 13784, medindo em sua totalidade: 5,20m de frente, 12,20m de fundos, 12,60m à direita e pelo alinhamento da Rua Alamo sob a concordância da respectiva curva subordinada a um raio de 7,00m e 19,00m à esquerda por onde limita com o n.º 1524 da Rua Xavier Curado. Demais características constantes na matrícula nº 265.897, do Cartório do Oitavo Serviço Registral de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ.

DEVEDOR(ES) FIDUCIANTE(S): CARLOS HUGO BATISTA DOS SANTOS PEQUENO e sua esposa RAIANE SILVA DOS SANTOS PEQUENO, os quais ficam desde já intimados por meio deste edital das datas, horários e local de realização dos leilões.

DATAS: 1º LEILÃO com início em 14/10/2026 às 10h, lance mínimo de R\$ 373.500,00 (trezentos e setenta e três mil e quinhentos reais) e encerramento às 17h do dia 15/10/2026. Caso não haja lance válido, fica desde já designado o 2º LEILÃO para o dia 16/10/2026 às 10h, lance mínimo de R\$ 436.915,56 (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), encerrando às 17h deste dia.

MODALIDADE ELETRÔNICA: O leilão será realizado eletronicamente pelo sítio: <https://www.jvleiloes.lei.br/>. Os interessados deverão se cadastrar na plataforma com antecedência mínima de 24h antes da data de início e, encaminhar os documentos necessários, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, para o e-mail do leiloeiro. O envio de lances se dará exclusivamente através do site, respeitado o valor mínimo e o incremento estabelecido, em igualdade de condições.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: O arrematante deverá transferir o valor do arremate (à vista), no prazo de 24h contadas do encerramento do leilão, diretamente para a conta da Credora e; a comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor de arrematação deverá ser transferida para a conta indicada pelo Leiloeiro, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" no estado em que se encontra. Correrão por conta do arrematante as despesas e as providências de transferência de propriedade e registro em Cartório, assim como de quaisquer débitos, inclusive junto à Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Condomínio, entre outras relacionadas à aquisição do imóvel. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante nos termos do art 30 da lei 9.514/97.

OBS: Qualquer que seja o resultado dos leilões ficará extinta a dívida decorrente da operação de alienação fiduciária com o anterior adquirente fiduciante, observando o disposto no art. 27 e parágrafos da Lei 9.514/97.

DEMAIS INFORMAÇÕES: a Leiloeira está disponível pelos contatos: Telefones: (21) 2548-5850 (61) 3550-5891 Whatsapp: (21) 99896-7780, e-mail: contato@jvleiloes.lei.br, e site: <https://www.jvleiloes.lei.br> e, a FHE possui canais de atendimento: (61) 3314-7962/7604, 0800 061 1040 (WhatsApp) e/ou geopex.diclan@poupeex.com.br.

Rio de Janeiro/RJ, 27 de agosto de 2026

JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS, JUCERJA n.º 198

MINISTÉRIO

Saúde pede incorporação de canetas emagrecedoras ao SUS

O Ministério da Saúde solicitou ontem, a inclusão de canetas emagrecedoras no Sistema Único de Saúde (SUS) através de um ofício enviado à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) no SUS. Os medicamentos serão destinados a pacientes com obesidade.

De acordo com o texto do ministro Alexandre Padilha, serão avaliados medicamentos com os princípios ativos semaglutida e liraglutida, que já não tem mais registro de patente ativo e conta com versões genéricas e produzidas no Brasil.

Os medicamentos atuam de

forma análoga ao hormônio natural GLP-1, que ajuda a controlar o açúcar no sangue e a sensação de saciedade. Por isso, os remédios são indicados para tratamento de obesidade e de diabetes tipo 2.

A avaliação da Conitec é o primeiro passo para a incorporação. Após a publicação do parecer, uma consulta pública será realizada, e somente depois o Ministério da Saúde pode determinar a inclusão das canetas no SUS.

Dados do Ministério da Saúde mostram que a prevalência da obesidade no Brasil passou de 11,8%, em 2006, para 25,7%,

em 2024, aumentando a necessidade de acompanhamento e tratamento por longos períodos, com impactos na mortalidade, na qualidade de vida, na produtividade e nos gastos do sistema de saúde.

Na última quinta-feira, durante agenda da campanha para reeleição em Montes Claros (MG), o presidente Lula afirmou que canetas emagrecedoras serão distribuídas gratuitamente para pacientes com obesidade. Lula, porém, não indicou na ocasião quando a iniciativa passará a valer.

O Ministério da Saúde destaca que a iniciativa tem respaldo

na primeira diretriz da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o uso, em escala populacional, de terapias baseadas em GLP-1 para o tratamento da obesidade a longo prazo, publicada no final de 2025.

Até o momento, 25 canetas emagrecedoras já foram registradas no País, sendo 14 delas em 2026, e novos registros ainda são esperados, de acordo com o Ministério. Em nota oficial publicada no site, a pasta celebra o número de opções e afirma que a concorrência permitiu uma redução de 70% nos preços desses produtos no Brasil em menos de um ano.

DOCUMENTO

Carteira de Identidade Nacional possibilita ter conta ouro no GOV.BR

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou ontem que, dos 64 milhões de pessoas que já emitiram a Carteira de Identidade Nacional (CIN), 22 milhões ainda não utilizaram o documento para aumentar o nível de segurança da conta GOV.BR para ouro.

A medida amplia a segurança no uso da plataforma, dificultando golpes, além de permitir o acesso aos mais de 5 mil serviços digitais do governo federal.

Dados do MGI mostram que, dos cerca de 52 milhões de pessoas que já possuem uma conta na plataforma GOV.BR, somente 30 milhões já mudaram o nível da sua conta para ouro.

“Dos 22 milhões restantes, cerca de 6 milhões de usuários possuem uma conta de nível prata, e outros 16 milhões de pessoas estão com uma conta de nível bronze, o mais básico para uso de serviços digitais. Todas essas pessoas já estão aptas para mudar de nível”, informou a pasta.

PASSO A PASSO

Veja abaixo instruções para melhorar o nível de segurança após ter recebido a Carteira de Identidade Nacional:

- acesse o aplicativo GOV.BR em seu dispositivo móvel;
 - clique em Aumentar nível;
 - leia o QR code impresso na CIN usando o aplicativo GOV.BR;
 - realize o reconhecimento facial (procure um local bem iluminado e coloque o celular na altura dos olhos).
- Além do aumento no nível de segurança para ouro, a nova carteira também tem uma versão digital disponível no aplicativo GOV.BR, que pode ser baixado após o recebimento do documento impresso.

CONTA GOV.BR

Atualmente, o GOV.BR conta com mais de 178 milhões de usuários e disponibiliza mais de 5 mil serviços digitais federais e mais de 8,3 mil serviços estaduais.

O governo federal destaca que, além do uso da CIN, os

usuários podem habilitar a verificação de duas etapas como forma de aumentar a segurança da conta GOV.BR.

A ferramenta está disponível na seção “Segurança da Conta” no aplicativo GOV.BR. Ao ativar a ferramenta, será necessário gerar um código no app sempre que a pessoa for acessar a sua conta na plataforma.

Além disso, também é possível selecionar dispositivos ou navegadores confiáveis, possibilitando marcar uma opção para que não seja mais solicitado o código para esses aparelhos ou sistemas. Na mesma área de segurança, é possível verificar todos os dispositivos autorizados.

A verificação de duas etapas também facilita a restauração do acesso em caso de perda ou troca do celular, uma vez que o usuário pode cadastrar um e-mail de recuperação da conta GOV.BR.

CIN

Para quem ainda não possui a nova carteira, basta acessar gov.br/identidade, consultar as orientações de seu estado ou do Distrito Federal e verificar como realizar o atendimento ou agendamento.

Vale destacar que é necessário levar, na data agendada, a certidão de nascimento ou de casamento para a emissão da carteira, cuja 1ª via é gratuita.

Um ponto de destaque é que a CIN permite solicitar a inserção de números de outros documentos na sua versão digital. Entre eles, estão Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Título de Eleitor, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Identidade Funcional ou Carteira Profissional e o Certificado Militar.

Além disso, é possível incluir o tipo sanguíneo, juntamente com o fator RH, e a disposição a doar órgãos.

VALIDADE

A CIN tem prazo de validade de cinco anos para crianças entre 0 e 12 anos incompletos. Já para pessoas de 12 a 60 anos incompletos, o documento será válido por dez anos. Para idosos, a validade é indeterminada.

DATAFOLHA

Paes mantém 43%, Ruas sobe de 25% para 30% e Garotinho cai para 8%

GEOVANI BUCCI/AE

O ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD) tem 43% das intenções de voto ao governo fluminense, enquanto o deputado estadual Douglas Ruas (PL) aparece com 30%, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. Paes manteve o percentual registrado no levantamento de 11 de setembro, e Ruas avançou cinco pontos percentuais, de 25% para 30%. Com isso, a distância entre os dois recuou de 18 para 13 pontos.

O ex-governador Garotinho (Republicanos) passou de 10% para 8%. O Datafolha também testou um cenário sem o ex-governador, que teve a candidatura indeferida e aguarda recurso. Nesse caso, Paes tem 46% das intenções de voto, ante 31% de Ruas. Na pesquisa estimulada com Garotinho, em que os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados, William Siri (PSOL), André Marinho (Novo) e Coronel Busnello (Missão) mantiveram 2% cada. Cyro Garcia (PSTU) passou de 1% para 2%, Juliete (UP) permaneceu com 1% e Luan Monteiro

(PCO) oscilou de 1% para 0%. Os indecisos passaram de 3% para 4%. Já os que pretendem votar em branco, anular ou não votar recuaram de 9% para 6%.

Considerando apenas os votos válidos, que excluem brancos, nulos e indecisos, Paes passou de 49% para 48%, enquanto Ruas avançou de 28% para 33%. Garotinho recuou de 11% para 9%. Siri e Busnello passaram de 3% para 2% cada. Marinho e Garcia mantiveram 2% cada, Juliete oscilou de 2% para 1% e Monteiro, de 1% para 0%.

Em um eventual segundo turno entre Paes e Ruas, o candidato do PSD manteve 54% das intenções de voto, enquanto o nome do PL passou de 34% para 38%. A diferença entre os dois caiu de 20 para 16 pontos percentuais.

SENADO

Benedita da Silva (PT) tem 19% das intenções de voto na disputa pelas duas vagas ao Senado pelo Rio de Janeiro, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. Carlos Jordy (PL) e Carlos Portinho (PL) aparecem com 12% cada.

Nota

AMPLIAÇÃO DA VIA DUTRA NO GRANDE RIO DEVE SER CONCLUÍDA EM UM ANO

As obras de ampliação e modernização do trecho da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), no Grande Rio, serão concluídas até setembro do ano que vem. A informação foi divulgada pela concessionária Ecovias Rio Minas. As obras, que já estão 70% concluídas, são no trecho entre Seropédica, na Baixada

Fluminense, e a cidade do Rio de Janeiro. Os trabalhos incluem: • implantação de 35,24 quilômetros de vias marginais; • 89,78 quilômetros de faixas adicionais; • 20 passarelas para pedestres; • 80 pontos de ônibus; • 92 acessos; • e quatro alças de conexão. Outras intervenções são um novo trevo de acesso a Queimados, adequações no Trevo das Margaridas, serviços de contenção, drenagem e implantação de barreiras de segurança nas vias marginais.

ESPECIAL

Petróleo e El Niño elevam riscos para preços dos alimentos e podem pressionar economia



POR REDAÇÃO

A combinação entre os efeitos do El Niño e as oscilações do petróleo mantém sob atenção os preços dos alimentos no Brasil no segundo semestre de 2026, com possíveis reflexos sobre a inflação, o orçamento das famílias e os custos de produção. O cenário, acompanhado por entidades do setor de abastecimento e órgãos do governo, ocorre em um momento em que os preços dos alimentos apresentam recuo no curto prazo, mas as condições climáticas aumentam a incerteza para os próximos meses.

O alerta sobre os alimentos ganhou força em julho, quando a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) apontou o petróleo e o El Niño como fatores capazes de pressionar a cadeia de abastecimento. Naquele momento, o Abrasmercado, indicador que reúne 35 produtos de consumo, acumulava alta de 6,82% no ano até maio, com avanço de 41,09% do feijão, 75,84% da batata, 86,17% do tomate e 48,88% da cebola.

O quadro mudou nos meses seguintes. Em julho, a cesta da Abras caiu 1,24% frente a junho e ficou em R\$ 841,95. Na comparação com julho de 2025, no entanto, ainda havia alta de 3,50%. Em agosto, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pela Conab e pelo Dieese, também registrou redução do custo dos alimentos básicos em 25 das 27 capitais pesquisadas.

Os números ajudam a explicar parte do comportamento da inflação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu 0,32% em agosto e acumulou 4,22% em 12 meses.

El Niño

RETA FINAL

Marina questiona repasse menor da Rede e vê 'flagrante prejuízo'

BIANCA GOMES/AE

A dez dias das eleições, a campanha de Marina Silva (Rede) reclama de falta de apoio financeiro do próprio partido na disputa pelo Senado. A ex-ministra do Meio Ambiente, que aparece empatada em primeiro lugar nas pesquisas, recebeu R\$ 1 milhão da legenda, menos do que candidatos a deputado estadual, e aliados falam em "perseguição" à candidata e "flagrante prejuízo" à campanha na reta final da disputa.

A reclamação sobre o repasse foi formalizada pelo coordenador-geral da campanha, Bazileu Margarido, em requerimento enviado à Comissão Executiva Nacional da Rede. No documento, ele pede que a legenda destine mais R\$ 1,2 milhão do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) à candidata.

No documento, Bazileu afirma que o diretório nacional do partido constituiu uma reserva de recursos do FEFC para candidaturas consideradas competitivas e estratégias e argumenta que Marina deveria ser contemplada, já que aparece "de forma consistente" entre os primeiros colocados na disputa pelo Senado em São Paulo Segundo aliados da candidata ouvidos pelo Estadão, o pedido foi ignorado pela direção da Rede.

Integrantes da campanha também questionam o fato de Marina ter recebido menos recursos do que candidatos a deputado estadual e do que outra candidata ao Senado.

Segundo dados do DivulgaCand consultados nesta quarta-feira, Marina recebeu R\$ 1 milhão da Rede. Entre os postulantes que mais receberam recursos da direção nacional estão André Janones (MG), candidato a deputado federal que se filiou à Rede no início do ano, com R\$ 3 milhões - o triplo do valor destinado a Marina; Heloísa Helena (RJ), candidata a deputada federal e uma das fundadoras da Rede, com R\$ 2,8 milhões; e Luizianne Lins (CE), candidata ao Senado, com R\$ 2,2 milhões.

Na última pesquisa Quaest, Luizianne registrou 19% de intenção de voto, em empate triplo dentro da margem de erro, de três pontos porcentuais, com Cid Gomes (PSB), que marca 25%, e Capitão Wagner (União), com 21%.

Marina ainda recebeu menos recursos que Thiago Ávila (SP), candidato a deputado fe-

deral, que recebeu R\$ 1,5 milhão. O valor destinado à ex-ministra é igual ao repassado a pelo menos dois candidatos a deputado estadual e três candidatos à Câmara.

O valor recebido por Marina também é inferior ao que seus principais adversários receberam. Simone Tebet (PSB) e Guilherme Derrite (PP), com quem a ex-ministra do Meio Ambiente está empatada na Quaest, receberam R\$ 6,5 milhões e R\$ 5,85 milhões de seus partidos, respectivamente.

Em nota, o presidente da Rede, Paulo Lamac, afirmou que o partido está entre as legendas com menor participação no FEFC. Segundo ele, a definição da estratégia de financiamento também levou em conta, entre outros fatores, a competitividade e a capacidade de cada candidatura de captar recursos privados para complementar o financiamento público.

"No caso da candidatura de Marina Silva, essa capacidade de arrecadação permitiu que o volume global de recursos disponíveis para a campanha superasse R\$ 3 milhões, constituindo, até o momento, o maior financiamento de campanha entre as candidaturas da Rede no pleito."

Lamac declarou ainda que o Diretório Nacional da Rede reafirmou, em diversas oportunidades, a prioridade estratégica dada às candidaturas à Câmara doss Deputados.

"Houve sucessivos apelos às principais lideranças partidárias para que se apresentassem como candidatas e candidatos a deputado federal, tendo em vista a importância da ampliação da bancada na Câmara para a consolidação institucional, política e parlamentar do partido. A Direção Nacional, contudo, democraticamente não impediu a apresentação de candidaturas ao Senado, respeitando as decisões políticas e as postulações construídas nos estados. A existência dessas candidaturas, entretanto, não afastou a estratégia nacional previamente estabelecida de concentração da maior parcela dos recursos do FEFC nas candidaturas consideradas competitivas à Câmara."

Na avaliação de aliados da candidata ao Senado, o episódio é mais um capítulo da disputa interna de Marina com o grupo de Heloísa Helena. A ex-ministra cogitou deixar o partido neste ano, mas acabou desistindo da ideia.

MORTE SUSPEITA

Família pede ajuda a PF para brasileira morta em hotel na Croácia

RARIANE COSTA/AE

A família de Kathlyn Izabel Becker, de 28 anos, pediu a atuação da Polícia Federal na apuração da morte da brasileira, encontrada morta em um quarto de hotel em Zagreb, na Croácia, em agosto deste ano. Segundo familiares, a jovem vinha sendo alvo de ameaças.

Natural de Ji-Paraná, em Rondônia, Kathlyn deixou o Brasil em 29 de abril para trabalhar no exterior, segundo a mãe, Geruza Becker. Ela passou inicialmente pela Sérvia e, depois, seguiu para a Croácia, onde pretendia permanecer por uma temporada. De acordo com Geruza, a jovem não morava no país.

"Ela me disse que o serviço de Sérvia não tinha dado certo. Estava muito preocupada,

pois não sabia o que fazer", contou. Depois disso, a brasileira seguiu para Zagreb.

Segundo a família, a decisão de trabalhar no exterior tinha como objetivo melhorar a situação financeira dos pais. Entre os planos estava ajudar o pai, que sofre de osteomielite, a obter uma prótese.

Os familiares perderam contato com a jovem em agosto e procuraram a Embaixada do Brasil na Croácia. Na manhã de 28 de agosto, receberam uma ligação informando sobre a morte.

Segundo Geruza, a primeira informação recebida era de que a filha teria sofrido um ataque cardíaco. A causa, porém, permanece indeterminada. A certidão de óbito emitida em Zagreb registra o caso como de causa "não identificada".

PUNIÇÃO A CULPADOS

Lula cobra investigações contra ministros do STF

PAULA MARTINI
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), cobrou, ontem, investigações contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Citou casos de "putarias", mas não mencionou o nome de nenhum dos ministros. Na semana passada, foram reveladas mensagens que indicam um suposto encontro do ministro Kassio Nunes Marques com uma garota de programa bancado pelo banqueiro Daniel Vorcaro.

"Quero saber quem participava das putarias deles. Era muita coisa errada, era muita festa, gente que vinha do estrangeiro. E cada vez aparece um nome de uma pessoa. Essa gente precisa ser investigada, porque a gente não pode permitir que a Suprema Corte brasileira fique sob suspeita. A verdade tem que vir a público. Vamos deixar todo mundo ser investigado para que a gente possa punir de acordo com o crime que cometeram", disse o petista durante comício em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Lula repetiu o discurso de que a direita bolsonarista (citada pelo presidente como "eles") criou "um banqueiro que praticou a maior corrupção na histó-



RICARDO STUCKERT/PR

ria financeira desse País" e que foi o seu governo o responsável por prendê-lo. Falou que o processo do caso Master "está só começando".

Também tentou creditar aos bolsonaristas os desvios no INSS: "Estamos brigando contra um time que tentou roubar a Previdência Social desse País."

Lula afirmou que seus opositores querem "entregar as nossas riquezas". Citou uma proposta que ficou conhecida co-

mo PEC das praias, que tinha como objetivo transferir a propriedade dos chamados terrenos de marinha (faixas de 33 metros de largura ao longo de toda a costa brasileira), que hoje pertencem à União, para estados, municípios e donos particulares ou ocupantes. A proposta era relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato atualmente à Presidência da República.

O presidente falou que "o que

está em jogo é a democracia ou a barbárie" e voltou a dizer que "não olho o partido do prefeito" para enviar recursos do governo federal.

As declarações de Lula foram feitas em comício em São Gonçalo, ao lado da candidato ao governo do Rio pelo PSD, Eduardo Paes, do candidato no Rio pelo PSD ao Senado, Pedro Paulo, e da candidata do PT ao Senado, Benedita da Silva.

PERNAMBUCO

Raquel Lyra tem 48% ante 44% de João Campos, em empate técnico

DANIEL TOZZI/AE

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, mostra empate técnico na disputa de primeiro turno do governo de Pernambuco entre Raquel Lyra (PSD) e João Campos (PSB). A atual governa-

dora registra 48% das intenções de voto, contra 44% de Campos.

Na comparação com pesquisa realizada em 11 de setembro, Lyra oscilou um ponto para cima (ela tinha 47%), enquanto Campos variou de 42% para 44%.

Em eventual segundo turno

entre os dois, a atual governadora registra 51% no levantamento de hoje, estável em relação a duas semanas atrás. Já João Campos tem 45%, contra 44% do levantamento anterior.

A pesquisa foi contratada pela TV Globo e pelo jornal *Folha*

de S.Paulo. Foram entrevistadas 1.204 pessoas entre os dias 22 e 24 de setembro. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. O número de registro da pesquisa é PE-08125/2026.

PARANÁ

PT espera que recurso contra registro de Deltan seja julgado antes do 1º turno

MARIA MAGNABOSCO/AE

O presidente do PT no Paraná, deputado estadual Arilson Chiorato (**foto**), afirmou ontem ao Grupo Estado, que o partido espera que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgue antes do primeiro turno das eleições, em 4 de outubro, o recurso contra o registro da candidatura de Deltan Dallagnol (Novo) ao Senado pelo Paraná. O recurso foi apresentado por partidos que integram a aliança do candidato ao governo Requião Filho (PDT) contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que autorizou Dallagnol a disputar o pleito.

O TRE-PR deferiu o registro

de Dallagnol em 8 de setembro, por 4 votos a 3, ao rejeitar a impugnação apresentada pela Coligação Paraná para Todos. PT e PDT anunciaram, então, que recorreriam ao TSE para tentar reverter a decisão.

Enquanto o recurso contra o registro ainda tramitava, a Coligação Paraná para Todos e a Federação Brasil da Esperança apresentaram ao TSE um pedido de tutela cautelar para suspender os atos de campanha de Dallagnol. Em 19 de setembro, o ministro Floriano de Azevedo Marques concedeu a liminar. Posteriormente, o plenário do TSE referendou a decisão por 5 votos a 2. A medida impede Dallagnol de realizar atos de campanha, participar de debates e



DIVULGAÇÃO

utilizar recursos eleitorais enquanto o mérito do recurso não é julgado.

A suspensão da campanha, porém, não significou o indeferimento do registro. A candidatura permaneceu formalmente deferida pelo TRE-PR e o nome de Dallagnol continua previsto para aparecer na urna enquanto não houver uma decisão definitiva do TSE sobre o recurso.

Nesta quarta-feira, o TRE-PR julgou embargos de declaração relacionados ao processo e, por unanimidade, manteve o registro. A Corte acolheu os embargos apenas para esclarecer pontos do acórdão anterior, sem alterar o resultado. Com a conclusão dessa etapa no tribunal regional, o recurso contra o deferimento pode seguir para análise do TSE.

DATAFOLHA

Em Minas, Cleitinho lidera com 40%, Patrus soma 15% e Kalil pontua 9%

DANIEL TOZZI/AE

Pesquisa Datafolha divulgada ontem, mostra que o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos) lidera a disputa pelo governo de Minas Gerais, ampliando a dis-

tância para os demais candidatos.

Cleitinho tem 40% das intenções de voto. Para efeito de comparação, ele tinha 37% no último levantamento, publicado em 11 de setembro. O segundo colocado é o deputado federal

Patrus Ananias (PT), com 15% (ele tinha 13%). O ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PDT) é o terceiro, com 9% (ele tinha 11% em agosto).

No segundo turno, Cleitinho lidera tanto contra Patrus Ana-

nias quanto contra Alexandre Kalil. Contra o petista, Cleitinho tem 60% das intenções de voto, contra 23% do deputado. Contra Kalil, Cleitinho tem 57% das intenções de voto, contra 26% do ex-prefeito.

BANDIDO CARA DE PAU

Flávio voltou dos EUA em jato do ‘irmãozão’ Vorcaro

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República, viajou da Flórida (EUA) a Brasília, em 19 de janeiro de 2025, em um avião que tinha entre os cotistas o banqueiro Daniel Vorcaro, do Master. O jato é o mesmo usado em outra viagem pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a revista piauí.

A aeronave é um Legacy 650 de prefixo PP-NLR. O jornal *O Globo* publicou um vídeo que mostrou o ministro desembarcando do avião após voar para o Rio de Janeiro em agosto de 2025.

Flávio compartilhou a filmagem nas redes sociais para criti-

car o ministro. "Alexandre de Moraes é o principal responsável por Lula voltar à cena do crime. Ele sentou na cadeira, aparelhou o Estado inteiro e a sua máfia implodiu a democracia sob o falso pretexto de protegê-la", publicou.

O candidato não se manifestou sobre a viagem no mesmo avião.

Flávio Bolsonaro viajou acompanhado por familiares e pelo advogado Willer Tomaz, de quem é amigo. Tomaz é investigado por suspeitas de ligação com fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A viagem de Flávio e Willer, realizada em janeiro do ano passado foi revelada pelo jornal *O Globo* na semana passada. Na

quarta-feira, a piauí mostrou que se tratava do mesmo avião usado por Moraes e que levou o senador a criticar a relação do ministro com Vorcaro.

A revista diz ter cruzado históricos de tráfego aéreo com dados de pousos e decolagens em Brasília.

A aeronave era operada pela empresa Prime You, uma das três detentoras da Fraction 024, dona formal do avião. A Prime entrou na sociedade em 2024, meses antes da viagem de Flávio. A Prime diz que teve Daniel Vorcaro entre seus sócios entre 2021 e setembro de 2025. Os outros dois sócios do avião eram Willer Tomaz e Laércio Cosentino, fundador da TOTVS.

Em nota à revista, Willer To-

maz disse que cabia à Prime You administrar o avião e organizar a utilização e que só este ano tomou conhecimento de que Vorcaro também tinha comprado uma cota do avião. Depois disso, rompeu o contrato. Tomaz também nega ter feito negócios com Vorcaro.

Flávio tem histórico de outras viagens com aviões de empresários, como mostrou o Estadão. Em 1º de abril de 2025, o senador viajou para o Rio de Janeiro com a esposa e duas filhas em aeronaves de Willer Tomaz. Em 30 de abril daquele ano, embarcou para a Flórida em um avião registrado em nome de uma empresa dos donos da União Química, laboratório químico-farmacêutico sediado em São Paulo.

OURO PRETO

Vale é autorizada a retomar operação da Mina de Fábrica

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A mineradora Vale anunciou que recebeu autorização do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) para retomar parcialmente as operações da Mina de Fábrica, produtora de minério de ferro, em Ouro Preto, região metropolitana de Belo Horizonte.

As atividades na estrutura estavam suspensas por decisão da Justiça desde o início de fevereiro, após danos ambientais causados por um vazamento de água e rejeitos ocorrido em 25 de janeiro.

A autorização para retomada faz parte de um termo de compromisso assinado pela Vale com o Ministério Público Estadual e o governo de Minas Gerais.

De acordo com a mineradora, a reativação “observará as condições de segurança, controle ambiental, licenças, autorizações e condicionantes aplicáveis, bem como a continuidade das ações previstas no termo de compromisso”.

A companhia informou ainda que a volta da operação não altera as projeções de produção vigentes.

RELEMBRE

De acordo com a ação do Ministério Público, o vazamento de janeiro em uma das cavas (área escavada para retirar minério ou outro material)

PARALISAÇÃO

TST decide que greve dos funcionários dos Correios não é abusiva

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu ontem que a greve dos trabalhadores dos Correios não é abusiva, mas determinou que a categoria volte ao trabalho a partir desta sexta-feira. A decisão foi proferida durante o julgamento dissídio coletivo da greve da categoria, que havia sido suspenso na segunda-feira passada.

Além de determinar o retorno imediato, a Seção de Dissídios Coletivos negou pedido da estatal para reconhecer abusividade da greve e autorizou a compensação dos dias parados. Dessa forma, não haverá desconto dos dias não trabalhados, mas os trabalhadores terão de compensá-los.

A decisão foi tomada por maioria de votos. Ficaram vencidos os ministros Ives Gandra Martins Filho, Caputo Bastos e a ministra Maria Cristina Peduzzi, que defendiam a declaração de abusividade da paralisação.

Ao final do julgamento, o presidente da Corte, ministro Vieira de Mello Filho, disse que os Correios possuem uma grande estrutura e que não ficou demonstrado o argumento da empresa de ha-

da mina atingiu cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba, levando ao assoreamento de córregos e danos à vegetação.

Escaparam quase 263 mil metros cúbicos de água turva. O volume é equivalente a cerca de 105 piscinas olímpicas.

O Ministério Público sustentou que houve falha no sistema de drenagem do reservatório da mina.

O material levado pelo vazamento chegou a atingir a área de outra mineradora, a CSN, provocando danos materiais. A lama chegou ainda ao rio Goia-beiras, que atravessa parte da área urbana da cidade.

No fim de janeiro, o governo da Minas Gerais multou a Vale em R\$ 1,7 milhão por causa desse e de outro vazamento, em 26 de janeiro, que tinha ocorrido na Mina de Viga, na cidade vizinha de Congonhas.

À época dos vazamentos, a Vale informou que não houve feridos e que a população e as comunidades do entorno não foram afetadas”. Acrescentou ainda que não houve carreamento de rejeitos de mineração, apenas água com sedimentos (terra).

De acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, os vazamentos não comprometeram as estruturas de barragens.

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou ontem uma operação no gabinete do desembargador Newton Ramos, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília.

O magistrado passou a ser alvo de investigação do CNJ após ser citado em conversas encontradas no celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

As buscas foram determinadas pelo corregedor nacional de Justiça, Benedito Gonçalves, e cumpridas pela Polícia Federal (PF).

A operação ocorreu um dia após o CNJ determinar o cancelamento de precatórios de usinas do setor sucroalcooleiro que negociaram os créditos com o Banco Master. Os títulos são avaliados em R\$ 4,7 bilhões.

A medida foi motivada por uma ação da Advocacia-Geral

da União (AGU) para cancelar decisões do TRF1 que determinaram o depósito do valor de 16 precatórios em uma conta judicial, sem o trânsito em julgado dos processos que reconheceram a dívida da União.

O caso dos precatórios bilionários do Master veio à tona após uma reportagem do Portal Metrópoles revelar a existência de um contrato de R\$ 427 milhões entre o Master e escritório da advogada Camilla Ra-

mos, esposa do desembargador Newton Ramos. O valor seria pago em caso de sucesso nas causas referentes ao setor sucroalcooleiro.

O acesso da PF ao celular de Vorcaro também revelou que assessores do ex-banqueiro citaram que a advogada e o desembargador seriam da "Turma do KN", em referência ao ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF).

SÃO PAULO

Nunes diz que sancionará projeto que proíbe propaganda de bets

ADRIANA VICTORINO/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), reafirmou ontem, que sancionará o projeto de lei que proíbe a publicidade de apostas e jogos de azar online em eventos esportivos na capital paulista, caso a proposta seja aprovada em segundo turno pela Câmara Municipal.

Em entrevista à CBN, Nunes afirmou que pretende sancionar o texto mesmo que os vereadores aprovelem alterações para ampliar as restrições e aumentar as multas previstas. "Aquilo que a Câmara aprovar lá, a gente vai sancionar", declarou o prefeito.

A Câmara Municipal aprovou o projeto na quarta-feira, em primeiro turno e sem votos contrários. O texto, apresentado em maio de 2025 pelo vereador João Jorge (MDB), ainda precisa passar por uma segunda votação antes de seguir para a sanção do prefeito. A proposta deverá ser votada na próxima semana.

Nunes defendeu a medida e associou o uso das plataformas de apostas ao aumento do endividamento da população, especialmente entre pessoas de baixa renda.

"A gente recebeu lá um estudo que demonstra que grande parte disso, obviamente, é por conta dos juros muito altos que o Brasil tem, mas também tem uma participação relevante por conta do uso das bets, que acabou virando uma pandemia, que tem atingido principalmente a classe mais pobre", afirmou em entrevista à rádio.

O prefeito também defendeu que a administração municipal promova ações de conscientização sobre os riscos das apostas. Segundo ele, pessoas endividadas podem agravar sua situação financeira ao recorrer aos jogos na expectativa de conseguir dinheiro para quitar suas dívidas.

Questionado sobre a possibilidade de alterações no projeto entre a primeira e a segunda votação, Nunes afirmou que há

discussões entre os vereadores para aumentar as multas previstas no texto, atualmente fixadas em R\$ 50 mil.

"O que eu escutei de alguns vereadores é que terão emendas para aumentar mais essas multas. E aí a gente não sabe se agora o plenário vai aprovar ou não. O plenário lá é soberano", disse.

RESTRIÇÕES AMPLIADAS

Na versão aprovada em primeiro turno, o projeto proíbe a divulgação de empresas de apostas esportivas e outras modalidades de jogos de azar em eventos esportivos realizados em espaços públicos ou privados da capital paulista.

A restrição abrange eventos organizados por empresas ou entidades públicas, com ou sem fins lucrativos, e competições de esportes amadores ou profissionais. Dessa forma, a medida também alcançaria os estádios de futebol de Palmeiras, Corinthians e São Paulo, entre outros. Os clubes foram questionados

pelo Estadão a respeito da proposta, mas ainda não se manifestaram.

O vereador João Jorge afirmou que há negociações entre os parlamentares para ampliar o alcance da proibição antes da segunda votação, incluindo a publicidade de bets no mobiliário urbano, como relógios de rua e pontos de ônibus.

A proposta ganhou força após a prefeitura do Rio de Janeiro proibir a propaganda de bets em espaços públicos.

Em julho, Nunes já havia manifestado ao Estadão a intenção de sancionar o projeto. "O vereador João Jorge tem um projeto tramitando na Câmara, deve ser votado na primeira semana de volta do recesso e irei sancionar", declarou na ocasião.

Caso seja aprovado em segundo turno e sancionado pelo prefeito, o projeto estabelece prazo de 90 dias, a partir da publicação da lei, para que empresas e organizações se adaptem às novas regras..

de um País em desenvolvimento e outro que começa dizendo que tem o maior exército, marinha, foguetes, bombas e que é o país mais forte do mundo. Ele fala isso em toda reunião, como se estivesse ameaçando todo mundo", declarou.

Na quarta, Lula participou de uma agenda com artistas no Centro do Rio para tentar angariar votos a partir do setor cultural. Ao lado dele, estiveram presentes nomes como os cantores Chico Buarque, Daniela Mercury, Lulu Santos, Paulo da Viola, Tony Belotto e Zeca Pagodinho, as atrizes Malu Mader e Marieta Severo e a cineasta Cíça Guimarães.

nha com artistas no Rio. "Eu não quero fazer guerra com ele, quero ganhar na narrativa e estamos ganhando na narrativa", declarou Lula.

O presidente ainda fez uma comparação entre o discurso dele e o de Trump na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que

ocorreu na terça-feira. Na fala de Lula, ele mandou recados aos EUA ao defender o Pix, a soberania brasileira no combate ao crime organizado e os riscos de ingerência americana nas eleições presidenciais.

"O importante foi comparar o meu discurso com o discurso do Trump. É comparar o discurso

GABRIEL DE SOUSA E JULIANA GARÇON/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem, que está ganhando do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em uma guerra de narrativas. A declaração foi feita em uma agenda de campa-

ENCONTRO

Xi reforça necessidade de cooperção entre EUA e China em IA

THAIS PORSCH/AE

O presidente da China, Xi Jinping, que se reuniu com o presidente dos EUA, Donald Trump, reafirmou nesta quinta-feira, a necessidade de Washington e Pequim trabalharem juntos para gerenciar a inteligência artificial (IA) e incentivar o diálogo econômico e comercial.

Em coletiva de imprensa ao lado de Donald Trump, na Casa Branca, Xi ressaltou estar disposto a trabalhar com os EUA para conduzir o rumo das relações bilaterais e intensificar a cooperação no combate ao narcotráfico. "Portas da China estão abertas, e convidamos empresas americanas a investir na China", acrescentou.

Sobre IA, ele disse que China e EUA são duas superpotências tecnológicas e que ambos têm capacidade e responsabilidade de gerenciá-la. "Precisamos garantir que IA esteja sempre sob controle humano".

Segundo ele, a competição das duas maiores economias globais precisa ser "saúdável", com ambos ganhando, e que tanto Washington quanto Pequim devem manter a comunicação de suas forças armadas.

O líder chinês ainda agradeceu a recepção na Casa Branca e parabenizou os EUA por seus 250 anos de independência.

KIEV

Ataques russos deixam oito mortos na Ucrânia e atingem maternidade

Ataques russos com drones e mísseis deixaram oito mortos ontem, na Ucrânia, incluindo seis pessoas atingidas em uma propriedade agrícola na região de Kharkiv, no nordeste do país. A ofensiva também atingiu Kiev, onde uma maternidade foi danificada, segundo autoridades citadas pela agência Reuters.

A Força Aérea ucraniana afirmou que a Rússia lançou 282 drones, além de um número não especificado de mísseis hipersônicos e balísticos e outras armas, durante a ofensiva noturna. Em Kiev, duas pessoas morreram e oito ficaram feridas, segundo o prefeito Vitali Klitschko.

Uma das vítimas estava no estacionamento de uma maternidade atingida pelos ataques. Parte da fachada do prédio, além de janelas e portas, foi danificada. Nenhum paciente ou profissional de saúde ficou ferido, segundo as autoridades.

A polícia informou que nove casas, uma agência dos Correios, armazéns e dezenas de veículos também foram danificados na capital. "Enquanto as pessoas dormiam, clarões das explosões iluminaram o céu", afirmou o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski **(foto)**, em uma publicação no Telegram.

Segundo Zelenski, os ataques tiveram como alvos principais Kiev e estruturas civis, incluindo edifícios residenciais, instalações de energia e centros de logística. O presidente afirmou que a falta de pressão sobre Moscou permite que a Rússia continue realizando ataques contra a Ucrânia e pediu que os Estados Unidos forneçam interceptadores capazes de combater mísseis balísticos.

Na região de Kharkiv, um ataque contra uma instalação de armazenamento de vege-

CERIMÔNIA MILITAR

Trump e Xi Jinping, participaram de uma cerimônia militar no Jardim das Rosas, da Casa Branca.

TRUMP ELOGIA XI

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que teve uma "ótima reunião" com o presidente da China, Xi Jinping, após as conversas entre os dois líderes na Casa Branca. Trump não detalhou os resultados do encontro nem respondeu a outras perguntas da imprensa.

Após a reunião, o republicano levou Xi para conhecer o helicóptero presidencial americano, chamado de "Marine One". Na volta da visita à aeronave, Trump retornou à Casa Branca sem fazer novos comentários.

Segundo a agência estatal Xinhua, durante a reunião com Trump, Xi pediu aos EUA prudência na questão de Taiwan e defendeu que Washington e Teerã retomem negociações para solucionar suas divergências.

Antes do encontro, Trump havia afirmado que as conversas abordariam segurança, tecnologia e "superinteligência", além das relações comerciais entre Washington e Pequim. O presidente americano também destacou a relação pessoal com Xi e disse que os dois países poderiam avançar ao se concentrarem em interesses comuns.

VIOLÊNCIA TRUMPISTA

Brasileira é presa pelo ICE após sofrer aborto espontâneo

A brasileira Iara do Carmo Santana, de 29 anos, foi presa pelo Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE) após sofrer um aborto espontâneo e uma crise de saúde mental. Ela passou quatro dias em um centro de detenção do órgão sem acesso adequado à medicação, enquanto ainda tratava uma infecção desenvolvida após um procedimento realizado em decorrência da perda gestacional.

Em entrevista ao jornal *The Boston Globe*, Iara relatou que sofreu um aborto espontâneo no fim de agosto e precisou passar por um procedimento cirúrgico. Após a cirurgia, ela desenvolveu uma infecção e iniciou tratamento com antibióticos e analgésicos.

"Estávamos sofrendo muito com isso", disse ao jornal o noivo de Iara, Gabriel Lemos, de 31 anos. "Foi muito difícil para ela continuar seguindo em frente." Segundo o casal, após a perda gestacional, Iara ficou deprimida e chorava com frequência.

Segundo registros judiciais obtidos pelo jornal, um advogado do Estado afirmou que, de acordo com os policiais, Iara teria empurrado Lemos e o atingido com uma chapinha de cabelo em 4 de setembro. Ela foi presa sob as acusações de agressão e lesão corporal com arma perigosa e de agressão e lesão corporal contra um integrante da família.

Durante a audiência de custódia de Iara, o advogado Jason Thomas disse a um juiz do tribunal distrital de Malden, no Estado de Massachusetts, que Lemos acionou o serviço de emergência porque estava "preocupado com o bem-estar dela", já que a noiva estava abalada por causa do aborto espontâneo e "em estado de depressão". No entanto, policiais lo-

cais foram até a casa do casal e prenderam Iara.

O *The Boston Globe* afirmou que tentou obter acesso ao boletim de ocorrência do caso, mas o chefe da Polícia de Malden, Marc Gatcomb, disse que a corporação não está autorizada a divulgar informações relacionadas a ocorrências domésticas ou incidentes de saúde mental.

Iara foi liberada da Delegacia de Polícia de Malden algumas horas depois. No entanto, ao ser presa, suas informações foram atualizadas em um banco de dados compartilhado do Departamento Federal de Investigação (FBI, na sigla em inglês) ao qual o ICE tem acesso. O órgão utiliza esse sistema para identificar pessoas que foram presas e têm questões imigratórias pendentes.

Segundo o jornal, agentes do ICE prenderam Iara assim que ela foi liberada pelos policiais locais.

O Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês) disse ao *The Boston Globe* que Iara entrou nos EUA ilegalmente em 2021, pela fronteira com o México. Ela foi presa pela Patrulha de Fronteira perto de San Ysidro, na Califórnia, mas depois foi liberada, solicitou asilo e tem uma audiência marcada no tribunal de imigração para 2029.

Nesse período, a brasileira conseguiu autorização de trabalho e vinha trabalhando como diarista. O noivo dela tem o Green Card, documento que concede o status de residente permanente a estrangeiros. O casal afirmou que pretende se casar no próximo ano. Depois, ela também solicitará um Green Card. O filho dela, de seis anos, mora com os dois.

Iara disse que, ao ser detida pelo ICE, informou aos agentes que apresentava sintomas de

ansiedade e depressão e que havia passado recentemente por um procedimento médico, além de estar em tratamento com antibióticos para tratar a infecção.

No entanto, a brasileira relatou ao jornal que não passou por nenhuma avaliação médica ao chegar ao centro de detenção do ICE em Burlington, cidade a cerca de 16 quilômetros de Malden.

Iara afirmou ter passado fome e que não havia um intérprete de português para ajudá-la a se comunicar. Lemos chegou a levar os medicamentos de que ela precisava até a unidade, mas ela disse que os funcionários se esqueciam frequentemente de administrá-los.

"Eu não estava bem", disse ela ao *The Boston Globe*. "Eu disse a eles que tinha acabado de passar por uma cirurgia, que estava sentindo dor na parte inferior da barriga." No entanto, Iara afirmou não ter recebido nenhum tipo de atendimento médico.

"Eu tinha medo de enlouquecer lá dentro", disse a brasileira. "Eu estava realmente assustada."

O DHS, que supervisiona o ICE, disse ao *The Boston Globe* que "quaisquer alegações de condições inadequadas na unidade do ICE em Burlington são categoricamente FALSAS". "Nenhum infrator da lei na história da humanidade foi tratado melhor do que os imigrantes ilegais nos EUA", acrescentou.

Thomas e o advogado Todd Pomerleau, que também atua na defesa de Iara, entraram com um pedido de habeas corpus, sob a justificativa de que o ICE violou os direitos da brasileira devido ao processo legal.

Eles também apontaram que a detenção da brasileira viola a política interna do ICE, que determina que agentes devem evitar prender pessoas que estejam

grávidas, no período pós-parto ou amamentando.

Não há centros de detenção de imigrantes para mulheres em Massachusetts. Assim, elas costumam ficar em Burlington enquanto o ICE procura vagas em outros Estados. Imigrantes e advogados ouvidos pelo The Boston Globe relataram que as pessoas detidas na unidade de Burlington dormem sem colchões, sobre pisos de concreto, não conseguem tomar banho e recebem biscoitos e mingau de aveia aquecido no micro-ondas como refeições. Algumas mulheres disseram que não tinham acesso a produtos menstruais.

Segundo um advogado do governo americano ouvido pelo tribunal, o órgão planejava transferir Iara para o Estado de Louisiana, a mais de 1,6 mil quilômetros de distância, onde havia vagas disponíveis.

Pomerleau disse ao juiz Leo T. Sorokin, responsável pelo caso, que relatos sobre as condições dentro de Burlington não são novos. Segundo o advogado, os detidos "reclamam dessas mesmas condições depravráveis" repetidamente. "Isso não melhora", afirmou.

Em 8 de setembro, Sorokin determinou a liberação de Iara. Segundo ele, o ICE admitiu que o centro de detenção de Burlington "não é um local adequado para manter pessoas por períodos prolongados".

"É algo preocupante (...) do ponto de vista sistêmico", disse. O juiz também afirmou nunca ter ouvido falar de o ICE realizar uma avaliação médica de um detido no momento da chegada.

"Se vocês colocam alguém sob custódia, como fazem, tudo bem. Mas têm a obrigação de oferecer atendimento médico", acrescentou. "Considero isso uma questão grave."

ARQUIVOS PÚBLICOS

Agente de IA da OpenAI invadiu site do governo da Austrália

A OpenAI hackeou o site de saúde do governo australiano em junho, uma violação "inaceitável", afirmou na quarta-feira, o primeiro-ministro da Austrália Anthony Albanese.

Um agente de inteligência artificial (IA) acessou arquivos públicos e privados do serviço de estatísticas sanitárias, disse Albanese em Nova York.

A OpenAI só alertou o governo australiano neste mês, quando enviou a um endereço de e-mail genérico uma mensagem em que detalhava o incidente. "Conversei hoje com o CEO da OpenAI, Sam Altman, para expressar a enorme preocupação da Austrália com esse incidente", informou Albanese - criticando a demora da empresa para comunicar o caso às

autoridades.

Segundo Albanese, um agente da OpenAI infiltrou em 18 de julho o Medicare Statistics Reporting Service, um portal público que reúne dados agregados sobre gastos com saúde e subsídios a medicamentos e é amplamente usado por pesquisadores e acadêmicos O governo afirmou que nenhuma informação pessoal foi acessada.

O premiê tornou o episódio público após uma conversa telefônica com o CEO da OpenAI, Sam Altman. Os dois estão em Nova York (EUA) para a Assembleia Geral da ONU. Altman participou, na quarta-feira, de cursos em que líderes de grandes empresas de inteligência artificial (IA) pediram às Nações Unidas que encontrem formas

de regular a tecnologia, que se expande rapidamente.

Albanese disse que foi "inaceitável" a forma e o tempo que a empresa levou para notificar o governo. De acordo com ele, a OpenAI avisou sobre a invasão em 10 de setembro, por e-mail enviado a um endereço genérico de um departamento do governo.

A OpenAI declarou que revisou atividades envolvendo vários departamentos australianos e concluiu que "nossos modelos tomaram ações que não pretendíamos". O governo abriu uma investigação para apurar o incidente, incluindo a possibilidade de enquadramento criminal, e também para avaliar por que agências de segurança australianas não detectaram a invasão

antes da revelação da empresa.

A ministra de Serviços Governamentais, Katy Gallagher, disse que a OpenAI informou que um "agente de IA acessou a infraestrutura por trás" do portal e compartilhou a vulnerabilidade identificada. Ela afirmou que o governo só ganhou mais clareza após um briefing técnico com a OpenAI na terça-feira. O portal foi fechado e os dados migrados para sistemas mais seguros.

O vice-primeiro-ministro Richard Marles afirmou que é a primeira vez que se tem conhecimento de um agente de IA obtendo acesso não autorizado a sistemas de TI do governo australiano e classificou o caso como um alerta e motivo de preocupação sobre desenvolvimento de tecnologia sem salvaguardas.

EUA

Senado vota resolução para interromper guerra enquanto preços impactam o país

Cada vez mais preocupados com a guerra no Irã, os senadores dos EUA teriam votado nesta quinta-feira, uma resolução de poderes de guerra que busca interromper a ação militar do presidente norte-americano, Donald Trump.

A votação no Senado, dias após o discurso de Trump na ONU, no qual ele ameaçou "ani-

quilar" o Irã, provavelmente será a última chance para os legisladores se manifestarem oficialmente sobre a guerra antes das eleições de meio de mandato de novembro. Mais republicanos estão se afastando do presidente à medida que a guerra se arrasta, um raro revés para Trump, enquanto fazem campanha pelo controle do Congresso.

Cerca de metade dos eleitores americanos rurais acredita que a economia está pior agora do que quando Trump voltou ao cargo, de acordo com uma nova pesquisa da Associated Press em parceria com a KFF. Os custos de alimentos, gasolina e saúde são os principais pontos de dor para os eleitores rurais.

Resoluções de poderes de

guerra são em grande parte declarações políticas, sem a força total da lei, mas estão entre as ferramentas mais contundentes que a Câmara e o Senado têm para expressar desaprovação à Casa Branca, além de interromper fundos para ações militares. Como resoluções, elas não vão para a mesa do presidente para sua assinatura.